

A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites

Generational succession in rural environment in five brazilian states: possibilities and limits

Eliziário Noé Boeira Toledo*

Valdecir José Zonin**

Resumo: O presente artigo analisa os aspectos relacionados à sucessão rural, que ocorrem nos estabelecimentos da agricultura familiar. As informações foram levantadas, utilizando a metodologia de estudo de caso, por meio de 219 entrevistas, compostas por questionários fechados. As mesmas foram realizadas nos municípios de Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste e Verê, no estado do Paraná (PR); Concórdia, em Santa Catarina (SC); Augusto Corrêa, Tomé-Açú e Viseu, no Pará (PA); Petrolina, em Pernambuco (PE); e nos municípios de Uauá e Cruz das Almas, na Bahia (BA), um total de dez municípios, nos cinco estados brasileiros. Essa investigação tem o propósito de buscar evidências sobre as relações sociais, econômicas e culturais que regem e influenciam a sucessão geracional nos estabelecimentos rurais. O estudo possibilitou comprovar que, quase metade dos agricultores familiares, não possuem garantia de possíveis sucessores, na medida em que, parte expressiva deles, almejam outras formas de renda monetária, fora dos estabelecimentos, inclusive, por meio da emigração.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Sucessão rural. Renda.

Abstract: This article analyzes aspects related to rural succession, which occur in family farming establishments. The information was collected, using the case study methodology, through 219 interviews, composed of closed questionnaires. They were carried out in the municipalities of Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste and Verê, in the state of Paraná (PR); Concórdia, in Santa Catarina (SC); Augusto Corrêa, Tomé-Açú and Viseu, in Pará (PA);

* Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB, 2017), mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/PGDR, 2009), mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/PPGCTA, 2019), bacharel em Ciências Sociais (UFRGS, 2005), consultor em meio ambiente e agricultura. E-mail: enbtoledo@gmail.com

** Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2013), mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 2008), engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2001), professor Adjunto II, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim/RS. E-mail: valdecir.zonin@uffs.edu.br



Petrolina, in Pernambuco (PE); and in the municipalities of Uauá and Cruz das Almas, in Bahia (BA), a total of ten municipalities, in the five Brazilian states. This investigation aims to seek evidence on the social, economic and cultural relations that govern and influence the generational succession in rural establishments. The study made it possible to prove that almost half of family farmers have no guarantee of possible successors, as a significant part of them want other forms of monetary income, outside the establishments, including through emigration.

Keywords: Family Farming. Rural succession. Income.

Recebido em: 22/11/2019. Aceito em: 29/09/2020

Introdução

Desde a década de 1960, no Brasil, a população urbana ultrapassou a população rural, reflexo do conjunto articulado de transformações estruturais, sociais, culturais e econômicas da sociedade brasileira. Dessa forma, admira-se a expressão dos números emitidos pelos censos demográficos oficiais sobre o deslocamento da população. Os dados demonstraram que, entre os anos de 1950 e 1991, as regiões rurais brasileiras perderam cerca de 37,2 milhões de habitantes, e mais 14 milhões, entre os anos de 1991 a 2010. Em 1950, cerca de 63,84% da população residia nas regiões rurais, mas, em 2010, apenas 15,64% (IBGE, 2010). Nesse meio tempo, o país evoluiu de um país importador de alimentos para um dos principais *players* do mercado agrícola mundial.

Apesar disso, o projeto de desenvolvimento do país, quase sempre, tratou o rural como local e expressão privilegiada do atraso, e, raramente, incluiu as necessidades estruturantes e as demandas socioeconômicas mais urgentes das populações rurais. O desenvolvimento das atividades agropecuárias foi pensado e adaptado para cumprir (e em grande medida, ainda cumprem) a execução das funções históricas: a produção continuada e abundante de alimentos, matérias primas, a baixo custo, para outros segmentos da sociedade, e a oferta e disponibilidade de mão de obra, quando essa era abundante, que, sistematicamente, foram deslocadas das regiões rurais para suprir as necessidades do crescente processo de industrialização e modernização do país.

O presente artigo visa refletir e problematizar sobre as condições sociais, econômicas e culturais que induzem ao êxodo, ou mesmo, à permanência dos jovens rurais, em face das necessidades de reprodução social e material dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar. Buscou-se a percepção dos chefes dos estabelecimentos rurais e dos jovens, sobre a sucessão geracional e, ainda, se as escolhas dos jovens rurais apontam para a direção de permanência ou de evasão do campo. A partir desse direcionamento, será possível observar se as escolhas consagram a promessa de um projeto de vida, como o de agricultores, ou, redundam em desistência dessa possibilidade, através da busca de outras alternativas e perspectivas de prosperidade e ascensão socioeconômica, efetivadas fora do âmbito da agricultura e dos estabelecimentos rurais.

Os dados, aqui tabulados e apresentados, foram gerados por um projeto de pesquisa, por meio de um estudo de caso, conduzido pelo sistema geral de projetos da Embrapa Sede (Brasília), denominado *Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional*

da *Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico*. O mesmo foi realizado, entre os anos de 2013 a 2016, através da metodologia de estudo de caso, ao investigar três municípios do estado do Pará (PA), Augusto Corrêa, Tomé-Açú e Viseu; dois municípios da Bahia (BA), Cruz das Almas e Uauá; o circuito irrigado do município de Petrolina, em Pernambuco (PE); três municípios do Paraná (PR), Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste e Verê e, em Santa Catarina (SC), no município de Concórdia, totalizando 219 entrevistas, realizadas diretamente com os agricultores familiares.

O artigo está organizado em duas seções, além dessa introdução, sendo que a primeira trata das tendências da emigração dos membros dos estabelecimentos pesquisados; a segunda, da reflexão sobre as regiões rurais, entre o hoje e o preço do amanhã e, por último, apresenta-se as considerações finais.

Quando emigrar aparece como tendência

Grande parte do processo de modernização 'dolorosa' da agricultura não foi, ainda, devidamente, compreendido (GRAZIANO DA SILVA, 1982). De forma que, entre outras tantas transformações, o processo veio exigir a adoção de uma nova racionalidade instrumental, na condução dos empreendimentos rurais. Grande parte dessa racionalidade auxiliou na desconstrução da ideia do modo de vida tradicional. Para tanto, é oportuna a citação de Abramovay, ao afirmar que: "aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho" (ABRAMOVAY, 2012, p. 37). Candido (2003), por sua vez, vislumbrou, precocemente, essa transformação, ainda parcialmente negada, apesar das evidências, ao afirmar:

A situação atual impõe um mínimo de racionalidade, manifestada pela previsão, a ordenação (por embrionária que seja) duma receita e duma despesa, pois a avaliação monetária se estende a setores cada vez mais numerosos. (CANDIDO, 2003, p. 211).

A busca 'duma receita' se configura em motivo, embora não o único, para a saída dos agricultores do campo. Induz, inclusive, ao abandono dos agricultores familiares, que buscam alternativas, possibilidades, mínimas que sejam, de ingresso garantido de renda monetária, mesmo que fora da unidade familiar e fora da agricultura. Navarro e Pedroso (2014) defendem que o abandono das regiões rurais pode ocorrer por duas razões. Uma delas advém da razão dos 'fatores de sucesso', em regiões mais prósperas, em que os agricultores familiares conseguiram construir condições sociais e materiais, por meio do acesso à educação e às novas profissões, com melhores possibilidades de ascensão social, que os induziram a optar pela desistência das atividades agrícolas. A outra razão, a mais comum e a mais frequente, nas regiões rurais empobrecidas, o abandono do meio rural, pelos membros da faixa etária intermediária das famílias, em idade de trabalho, decorre dos 'fatores de insucesso'. Ou seja, por razões opostas, em que a precariedade das condições estruturais, produtivas e sociais dos chefes dos estabelecimentos rurais, dificultou, ou mesmo, impediu o acesso às condições de viabilização, de alguma forma de prosperidade econômica e material, extensiva aos demais membros da família.

Apesar disso, a pesquisa levantou que, 72,6% dos chefes dos estabelecimentos rurais da amostra, acreditam que há perspectivas positivas para o desenvolvimento da agricultura. E, por consequência, confiam que a agricultura possa trazer prosperidade social e econômica para as famílias rurais. Por outro lado, os filhos responderam, positivamente, percebendo expectativas

em dar continuidade às atividades dos estabelecimentos rurais, em 55,7% das respostas; os outros 45% desejam buscar outras fontes alternativas de geração de renda.

Os dados, levantados pela pesquisa (Tabela 1), mostram as possíveis causas de abandono dos estabelecimentos rurais, por membros, com idade e condições aptas ao trabalho em outras atividades (fora da agricultura ou fora dos estabelecimentos). A principal causa de abandono, apresentada na pesquisa, foi a busca de alternativa de geração de renda para os membros da família, que se evadem em busca de trabalho e de renda monetária regular, em 13,2% da amostra. A insalubridade e a penosidade do trabalho agrícola, aliada à baixa renda, é responsável por 13,2%. As duas variáveis representaram 26,4% da amostra. Esse fator demonstra a preocupação dos agricultores, em elaborar estratégias, que possibilitem o ingresso de renda monetária regular por outras vias, e se mostraram mais expressivas nos estados da BA, 6,4%, e do PA, 8,2%. A idade avançada foi motivo para 1,9%, e, em busca de casamento, em 0,9% da amostra.

Tabela 1 - Razões de abandono dos estabelecimentos rurais, dos membros, em idade e condições aptas ao trabalho agrícola

Razões de abandono dos membros da família	Estados					Total	
		PR (3*)	SC (1*)	PA (3*)	PE (1*)		BA (2*)
Busca de trabalho e de renda regular	N	3	3	9	4	10	29
	%	1,4	1,4	4,1	1,8	4,6	13,2
Insalubridade e penosidade do trabalho agrícola e renda baixa	N	6	7	9	3	4	29
	%	2,7	3,2	4,1	1,4	1,8	13,2
Necessidade de estudar	N	8	4	5	3	3	23
	%	3,7	1,8	2,3	1,4	1,4	10,5
Deficiência na oferta dos serviços de saúde	N	5	0	3	0	4	12
	%	2,3	0,0	1,4	0,0	1,8	5,5
Acompanhar os familiares (mudança de local de moradia)	N	0	1	6	0	0	7
	%	0,0	,5	2,7	0,0	0,0	3,2
Idade avançada (idosos)	N	1	1	0	0	1	3
	%	0,5	0,5	0,0	0,0	0,5	1,4
Em busca de casamento	N	2	0	0	0	0	2
	%	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Não possuir terra própria	N	0	0	0	0	1	1
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
Não se aplica	N	3	3	0	0	3	9
	%	1,4	1,4	0,0	0,0	1,4	4,1
Violência	N	0	0	1	0	0	1
	%	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5
Não sabe/não respondeu	N	22	31	17	15	18	103
	%	10,0	14,2	7,8	6,8	8,2	47,0
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: TOLEDO (2017). * Número de municípios pesquisados em cada Estado.

Outro fator explicativo, que pode ser aventado, é devido à oferta de mão de obra, nos estados do Nordeste, que apresenta taxas de fecundidade maiores do que na região Sul. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015, a taxa de fecundidade, no PA, é de 2,15 filhos; em PE, 1,80; na BA, 1,76; no PR, 1,65 e, em SC, 1,57, sendo que a média nacional é de 1,74. Essa média não repõe a população rural que necessita, no mínimo, 2,1 filhos, por família (IBGE, 2015). Contudo, ao refletir sobre as causas estruturais, da desistência de membros da família, ante a necessidade premente de conseguir dinheiro para garantir a sobrevivência imediata do grupo familiar, pode significar o protelamento da exclusão definitiva do processo produtivo. A necessidade de estudar é causa de evasão, em 10,5%, das respostas da amostra. Por outro lado, a deficiência, na oferta dos serviços de saúde, é razão de abandono para 5,5% dos entrevistados, e a necessidade de acompanhar os familiares (mudança de local de moradia) foi de 3,2%, da amostra.

Ao contrário do que muitos imaginam, a agricultura não pode ser considerada uma atividade lúdica, ou mesmo, um modo de vida romantizada, praticada em fins de semana. É uma atividade tradicionalmente penosa, e vem se tornando, cada vez mais, uma atividade econômica, competitiva e que demanda racionalização, planejamento e trabalho duro. A ideia de Romantismo, quase sempre, é retratada como um movimento artístico, cuja origem remonta às decepções, não cumpridas, pelo ideário das Revoluções Industrial e Francesa. Expressa, por assim dizer, a recusa e o sentimento de perda do mundo real e histórico, ao apontar a coisificação e o egoísmo do homem como traços perniciosos. Busca, então, o reencantamento do mundo, por meio da imaginação e da fantasia, para fugir da dura realidade cotidiana.

Este artigo não nega que existam outras concepções e formas de produzir, na agricultura, mas, assevera que, diante dos cenários de mercantilização e monetarização da vida social dos agricultores, há o acirramento concorrencial e a necessidade de melhorias na eficiência da gestão e dos investimentos. Dessa forma, a agricultura passa a ser uma atividade econômica, em que o retorno exige trabalho duro e disciplinado e amparo estatal, porém, nem mesmo isso, representa garantia de sucesso. A busca permanente de rendimentos funde os comportamentos sociais e esses são:

[...] fortemente ancorados na compreensão da atividade agropecuária como uma atividade econômica que requer uma rígida administração, tanto do ponto de vista financeiro como de sua crescente complexidade operacional. (NAVARRO, 2016, p. 58).

Essa breve digressão buscou destacar que, na sociedade contemporânea, a necessidade de renda monetária, oriunda da troca mercantil, tornou-se, para os agricultores familiares, uma condição de ocupar-se de viver ou ocupar-se de desaparecer, que pode ocorrer, por meio da exclusão do processo produtivo, ante a necessidade contínua de produzir excedentes. Germer (2002) foi preciso, ao enfatizar que “[...] o que se vende não é o ‘excedente’ [...], pois, na medida em que o se produz [...] não o que se deseja consumir, mas o que pode ser vendido mais vantajosamente, segundo as determinações do mercado e dos meios de produção disponíveis [...]”. (GERMER, 2002, p. 12). Isso significa ponderar que o objetivo principal das atividades agropecuárias é a produção para a comercialização, em detrimento da produção para o autoconsumo familiar, que, em grande parte, está sendo suprido pela monetarização das atividades agrícolas.

A primazia da necessidade de dinheiro, reflexo da sociedade mediada pela sua circulação, repercute em mudanças na visão de mundo dos agricultores familiares, na medida em que “[...] a necessidade de dinheiro para trabalhar a terra, para produzir e consumir levou a que houvesse

uma conexão mais precisa do colono [agricultor familiar] com os produtos de maior aceitação comercial” (TEDESCO, 1999, p. 131). Dessa forma, ao buscar gerar renda, por meio de cultivos comerciais, os agricultores almejam criar condições estruturais e materiais mínimas para sobreviver, permanecer e prosperar, quando possível, a partir das atividades. Esse processo se dá, primeiramente, a partir das atividades desenvolvidas no estabelecimento e, na insuficiência dessa possibilidade, pela adoção de um conjunto diversificado e articulado de outras receitas, geradas pelos diversos membros da família. Essas atividades podem ser localizadas fora do estabelecimento e fora da agricultura, quando essas condições se apresentam como alternativas que os auxiliem a alocar, adequadamente, a mão de obra disponível.

As regiões rurais, entre o hoje e o preço do amanhã!

Nas regiões rurais brasileiras há cerca de 3,74 milhões de pessoas que estão trabalhando em atividades não agrícolas (IBGE, 2015). Essa estratégia vem sendo apontada como uma importante alternativa para a composição e complementação do apertado orçamento dos agricultores familiares, por outras vias, quando há mão de obra disponível e possibilidades de trabalho para absorvê-la.

Em seguida, a Tabela 2 evidencia os principais motivos que levaram os membros da família a buscar, em outras atividades, fora da agricultura e fora dos estabelecimentos rurais, a complementação da renda familiar. A percepção foi capturada pelos chefes dos estabelecimentos, sendo que 58,4% não soube ou não respondeu à questão. O conceito de percepção, aqui adotado, consiste no processo de atribuir significado a uma determinada experiência, expressão do ato de interpretar os estímulos, que foi agregado aos indivíduos, através dos órgãos sensoriais do mundo sensível (MYERS, 1999). Das nove causas relacionadas (41,7% da amostra), evidencia-se as cinco principais. Em primeiro lugar, destacou-se, como motivo principal, a penosidade do trabalho agrícola e a aferição de renda reduzida do estabelecimento rural, em 27,9%, da amostra, sendo que o PA teve o percentual mais elevado, com 9,2%, seguido da BA, com 5,5%; PR, com 4,6%; SC, com 4,5% e PE, com 4,1%. Essa motivação representou 67%, das 91 respostas válidas para a questão, sobre a opção de buscar as atividades não agrícolas.

O segundo destaque foi a necessidade de emigração para conciliar as possibilidades de trabalho com as demandas de estudo, representando 4,0% da amostra, sendo, em SC, 1,9%, na BA, 1,4%, em PE, 0,9%, no PR e no PA, 0,5%. Em terceiro lugar, a justificativa, que emergiu, pautou-se nas adversidades climáticas com 3,2%. Em quarto lugar, a justificativa foi a área reduzida do estabelecimento rural, com 2,7% do total da amostra. A opção pela possibilidade da construção de uma agroindústria caseira apareceu, em quinto lugar, com 2,3% da amostra.

Tabela 2 - Motivos que levaram algum dos membros das famílias a optar por atividades não agrícolas

Principais motivos	Estados					Total	
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)		BA (2)
Penosidade do trabalho agrícola, a renda reduzida e irregular do estabelecimento	N	10	10	20	9	12	61
	%	4,6	4,5	9,2	4,1	5,5	27,9
Adversidades climáticas	N	0	0	1	5	1	7
	%	0	0	0,5	2,3	0,5	3,2
Área reduzida do estabelecimento rural	N	4	1	0	0	1	6
	%	1,8	0,5	0	0	0,5	2,7

continua

conclusão

Principais motivos	Estados					Total	
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)		BA (2)
Emigração (necessidade de conciliar trabalho e estudo)	N	1	4	1	2	3	11
	%	0,5	1,9	0,5	0,9	1,4	4,0
Construção de agroindústria caseira	N	1	0	1	1	0	3
	%	0,5	0	0,5	0,5	0	1,4
Enfermidade (pessoal ou de membros da família)	N	0	0	1	0	0	1
	%	0	0	0,5	0	0	0,5
Dificuldades de alocar mercado para os produtos agropecuários	N	0	1	0	0	0	1
	%	0	0,5	0	0	0	0,5
Disponibilidade de mão de obra familiar	N	0	0	1	0	0	1
	%	0	0	0,5	0	0	0,5
Não sabe/não respondeu	N	34	34	25	8	27	128
	%	15,5	15,5	11,4	3,7	12,3	58,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: TOLEDO (2017).

Por outro lado, chama a atenção que, apenas 2,7% da amostra, tenham expressado, como motivo principal, para buscar outras atividades, a área reduzida dos estabelecimentos para as atividades agrícolas. Esse fator soa contraditório, na medida em que a terra é defendida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo um elemento importante (mas não único) na viabilização dos estabelecimentos rurais, especialmente, dos estabelecimentos menores. Essa percepção é provocativa e reveladora, ao considerar que a média de área, dos estabelecimentos rurais investigados, não é extensa. No PR, é de 26,36 ha; em SC, 28,36 ha; no PA, 32,68 ha; em PE, 30,16 ha e na BA, 20,43 ha. Nesse quesito, o PR foi o estado que apresentou o maior percentual (1,8%), enfatizando o problema, da área reduzida do estabelecimento, como condição para optar por procurar outras atividades, não agrícolas, a fim de aumentar ou complementar a renda da família.

As informações, apresentadas na Tabela 2, parecem conduzir os membros das famílias à procura de alternativas econômicas e de outras oportunidades, que, muitas vezes, não podem ser alcançadas no interior dos estabelecimentos. Esse tema está diretamente relacionado com a emigração seletiva dos jovens do sexo masculino, e, a reboque, amplia a discussão sobre a sucessão geracional dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares. A temática da masculinização e do envelhecimento se tornou global, e vem demonstrando seus efeitos demográficos em vários outros países, inclusive, no Brasil, onde há alguns estudos a respeito. Contudo, o êxodo rural já vinha apresentando tais tendências, como, por exemplo, a masculinização e o envelhecimento da população do campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999), cujos reflexos se estendem na oferta de mão de obra rural (MAIA; SAKAMOTO, 2014).

A seguir, a Tabela 3 expõe a respeito das expectativas dos agricultores familiares, chefes das famílias, quando indagados sobre a possibilidade, de algum dos membros, emigrar para a cidade. Sobre essa questão, 47,5% da amostra respondeu que, em algum momento, manifestou o desejo em fazer uso dessa opção. No PR, o índice foi de 10,5%; em SC, de 8,2%, estado com condições mais favoráveis; no PA, de 14,2%; em PE, de 4,6% e, na BA, de 10,0%. A resposta negativa foi de

2,7%, enquanto 49,8%, dos informantes, não sabem ou não responderam. Os dados, apresentados na presente pesquisa, são semelhantes aos encontrados por Toledo (2009), ao investigar os agricultores familiares, do município de Salvador das Missões (RS), na medida em que o argumento principal encontrado foi o da renda reduzida e da penosidade, na execução do trabalho agrícola. Esse fator foi responsável pela emigração, em 53,3%, da amostra pesquisada.

Tabela 3 - Expectativas captadas, pelos chefes dos estabelecimentos rurais, sobre as possibilidades de emigração, para a cidade, de algum membro da família

Expectativa captadas	Estados						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	23	18	31	10	22	104
	%	10,5	8,2	14,2	4,6	10,0	47,5
Não	N	3	1	0	0	2	6
	%	1,4	0,5	0,0	0,0	0,9	2,7
Não sabe/não respondeu	N	24	31	19	15	20	109
	%	11,0	14,2	8,7	6,8	9,1	49,8
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: TOLEDO (2017).

Por tratar-se de um estudo de caso, o qual exige certa cautela em fazer inferências generalizantes, mesmo assim, as informações indicam, ao menos, uma tendência a ser apreciada, na medida em que, o processo de êxodo rural, a masculinização e o envelhecimento não se apresentam como processos recentes e nem isolados. Esses fatores são expressões do conjunto de transformações, a que as regiões rurais estão sendo submetidas. As informações históricas, apresentadas pelos censos demográficos, demonstraram que, desde 1950 até 2010, as regiões rurais brasileiras perderam cerca de 51,2 milhões de habitantes (IBGE, 2010). Essa cifra, por si só, confirma que o tema da demografia, suas repercussões, nas regiões rurais, necessitam ser urgentemente ampliadas, para compreender a situação atual e as implicações sobre os destinos do desenvolvimento das regiões rurais brasileiras e, ainda, para elaborar políticas e ações necessárias para modificar, amenizar, ou, mesmo, adaptar-se à nova dinâmica demográfica rural.

Maia (2014), ao analisar os dados demográficos históricos, apresentados pelos censos demográficos, a partir de 1991, observou que ainda há um cenário persistente de êxodo rural. Embora admita que houve desaceleração dessa tendência, nos últimos anos, especialmente, a partir do ano 2000.

A família rural, que, em 1991, caracterizava-se por um casal com dois filhos, agora caracteriza-se por um casal com um filho em idade escolar. Se persistirem as tendências observadas nas últimas décadas, há ainda a grande probabilidade de esse jovem alcançar níveis mais elevados de escolaridade do que seus pais e obter um emprego mais bem remunerado no setor de serviços das áreas urbanas. (MAIA, 2014, p. 1096).

No tocante à expressão e ao poder do êxodo, ao reforçar a ideia da persistente e crescente urbanização, Veiga (2001) critica a metodologia, utilizada pelo IBGE, para definir e diferenciar o que é urbano do que é rural. Na visão do autor, isso desvaloriza as regiões rurais, ao não apreciá-las

como possíveis estratégias para promover o desenvolvimento do país ou renegando-as, em segundo ou terceiro plano, quando eles ocorrem. Essa visão, talvez, contribua para difundir as condições sociais e estruturais deficientes do meio rural e, para muitos jovens, isso é visto como castigo, não como projeto de vida, algo que justifica a emigração, em busca de outras oportunidades.

A Tabela 4, na sequência, exibe as expectativas, reveladas pelos agricultores familiares (chefe dos estabelecimentos rurais), em relação à continuidade da profissão de agricultor e à manutenção do legado cultural e patrimonial da família. Os dados informam que 67,1%, da amostra, desejaram que os filhos continuassem; destes, no PR, 18,7%; em SC, 18,3% e, no PA, 13,7%, sendo os estados mais expressivos.

Tabela 4 - Expectativas dos pais, em relação aos filhos, em seguir a profissão de agricultor e em manter os estabelecimentos rurais

Expectativas	Estados						Total
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)	
Sim	N	41	40	30	13	23	147
	%	18,7	18,3	13,7	5,9	10,5	67,1
Não	N	9	9	19	11	19	67
	%	4,1	4,1	8,7	5,0	8,7	30,6
Não sabe/não respondeu	N	0	1	1	1	2	5
	%	0,0	0,5	0,5	0,5	0,9	2,3
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: TOLEDO (2017).

Na leitura da tabela, observa-se que, na BA, o percentual foi de 10,5% e, em PE, 5,9%, sendo que 30,6% responderam que não desejariam permanecer. Para tanto, é importante considerar que a conservação e a transmissão de um patrimônio sociocultural e material constitui um modelo incomum e, ao carregar essas funções e atribuições, desempenha “[...] um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar” (LAMARCHE, 1993, p. 13). Isso posto, alude-se que a família, ainda, é o ponto central e a mensageira dos valores atribuídos pela socialização dos sentidos do trabalho, da profissão e da propriedade; é o legado de muitas décadas de lutas e experiências, que podem ser reveladas e transmitidas, aos filhos, na esperança de continuidade. É adequado o destaque, realizado por Mancuso (1975):

Entre os vários motivos apresentados pelos atores sociais para explicar o apego que sentem pela vida rural, o costume e o fato de terem nascido e crescido em um determinado local aparece repetidas vezes. [...] Desta forma, a identidade do ator rural se define com relação ao lugar onde está e onde sempre viveu. Seus valores, seus padrões de comportamento, sua visão de mundo que integram a sua personalidade foram por ele obtidos, através do processo de socialização, dentro dos limites do Sistema Social Rural. Sua concepção de liberdade assim construída ressalta a importância do Sistema Natural. A cidade, com seus valores e padrões de comportamento diferentes, ameaça à identidade social dos atores rurais. (MANCUSO, 1975, p. 134 e 136).

Em última instância, muito das questões, apontadas na citação acima, partiram do mundo circunscrito ao estabelecimento rural, em que o espaço social determinava a forma de como viver e

de como se portar, bem como, influenciava nas necessidades de produção e de consumo da família, entretanto, na atualidade, operam sob novas demandas econômicas e socioculturais. Estamos a viver em um intenso e amplo processo de mercantilização, conforme o pressuposto defendido por Ploeg (1990, 1992), e de monetarização da vida social, reflexos que expressam a evolução e, de igual forma, a ruptura estrutural, não só da composição interna da propriedade, como da família rural, que, no passado, era composta por produtores e consumidores (CHAYANOV, 1974).

Por outro lado, o trabalho, publicado por Kiyota e Perondi (2014), destaca que a renda é um importante fator condicionante do processo de sucessão geracional, nos estabelecimentos rurais, mas, adianta que não deve ser tomada como exclusiva e nem de forma isolada. Os estudos, elaborados por Abramovay (1998) e por Silvestro (2001), enfatizam, de igual forma, que as possibilidades de permanência, nos estabelecimentos rurais, têm muito a ver com as condições de obtenção de renda monetária, oriunda das atividades desenvolvidas, no próprio estabelecimento. Do mesmo modo, a necessidade de acesso à educação formal vem assumindo importância na vida daqueles que buscam melhor formação, a fim de prepará-los para os desafios do mundo. É revelador, para tanto, os apontamentos realizados por Brumer e Spavenello (2008), ao enfatizar que esses fatores:

[...] não são únicos nem isolados, mas interligados entre si e dizem respeito às condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola) realizado; às oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar e em atividades não agrícolas no meio rural ou nas cidades próximas aos locais de residência, para jovens de ambos os sexos; à educação; ao acesso ao lazer, ao tipo de lazer existente e às expectativas dos jovens sobre o lazer no meio rural; à participação e ao envolvimento em movimentos sociais; à possibilidade de o jovem ter trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens; à perspectiva matrimonial com moças ou rapazes do meio rural. São dimensões que constroem as razões e as motivações dos jovens de querer ou não ser agricultor(a), de querer ou não ficar no meio rural (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 13).

O trabalho de Kiyota e Perondi (2014) referendou uma tendência, já apontada por Abramovay (1998), que evidencia o maior nível de escolaridade, associado à evasão das jovens mulheres, na busca por melhor posição, no mercado de trabalho. No quesito educacional, apesar dos tímidos progressos das décadas recentes, as regiões rurais, ainda, apresentam baixos níveis de educação formal. Os dados, veiculados pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), são emblemáticos, na representação dessa insistente realidade:

Do total de produtores agropecuários, 15% declararam que nunca frequentaram escola; 14% frequentaram até o nível de alfabetização, e 43%, no máximo, o nível fundamental. Assim, podemos constatar que 73% do total de produtores possuem, no máximo, o ensino fundamental (antigo primário) por nível de escolaridade. Do total que declarou já ter cursado escola, no máximo até o ensino fundamental, que totaliza 2.913.348 de produtores, 1.938.092 ou 66% declarou não ter terminado o curso. Além disso, 1.164.710 produtores (23%) declararam não saber ler e escrever. (IBGE, 2017, p. 68).

Nos dados do Censo, de 2006, em se tratando dos agricultores, que eram analfabetos, ou, que não tinham nenhum estudo, o percentual foi de 39%, e, os que possuíam o nível fundamental incompleto, 43%; ambos os casos representaram 82%, dos dados pesquisados. Em relação ao Censo, de 2017, no primeiro grupo, foi encontrado 29%, contra 39%, de 2006, e, no segundo, manteve-se o percentual de 43%, sendo que os dois grupos representaram 73%, 10 pontos menor do que os dados de 2006. Ou seja, a busca por educação formal é, ainda, um motivo que justifica o abandono dos estabelecimentos rurais.

O trabalho de campo demonstrou que a evasão de membros das famílias, dos estabelecimentos rurais, foi determinada pela busca por educação, essa é a segunda razão de abandono do meio rural, registrando 10,5% dos casos da amostra (Tabela 5). A primeira, relaciona-se à fuga do árduo trabalho agrícola, em 13,2%, que, conjugada à busca por renda regular (13,2%), representaram 26,4%, do universo pesquisado. Esse dado revela a preocupação, dos agricultores familiares, em tomar iniciativas, que acenem com garantia de rendas, com menor esforço. Isso, por si só, demonstra a necessidade de se alocar pesquisas, a fim de compreender as necessidades econômicas dos agricultores, que não poderão ser supridas, apenas, com o resultado das atividades dos estabelecimentos. Por outro lado, 47% da amostra não soube ou não respondeu à questão.

Houve um total de 5,5%, dos informantes, que alegaram, como motivo, a deficiência dos serviços públicos; para 3,2%, a justificativa foi acompanhar os familiares, devido a mudanças do local de moradia; para 1,4%, por motivo de idade avançada; para 0,9%, por busca de casamento. Chama a atenção, a ausência de posse de terra própria, em 0,5%, da amostra (oitavo lugar dos motivos apresentados).

Tabela 5 - Razões de abandono dos estabelecimentos rurais

Razões de abandono	Unidade da Federação					Total	
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)		BA (2)
Busca de trabalho e de renda regular	N	3	3	9	4	10	29
	%	1,4	1,4	4,1	1,8	4,6	13,2
Insalubridade e penosidade do trabalho agrícola e renda baixa	N	6	7	9	3	4	29
	%	2,7	3,2	4,1	1,4	1,8	13,2
Necessidade de estudar	N	8	4	5	3	3	23
	%	3,7	1,8	2,3	1,4	1,4	10,5
Deficiência na oferta dos serviços de saúde	N	5	0	3	0	4	12
	%	2,3	0,0	1,4	0,0	1,8	5,5
Acompanhar os familiares (mudança de local de moradia)	N	0	1	6	0	0	7
	%	0,0	,5	2,7	0,0	0,0	3,2
Idade avançada (idosos)	N	1	1	0	0	1	3
	%	0,5	0,5	0,0	0,0	0,5	1,4
Em busca de casamento	N	2	0	0	0	0	2
	%	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Não possuir terra própria	N	0	0	0	0	1	1
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
Não se aplica	N	3	3	0	0	3	9
	%	1,4	1,4	0,0	0,0	1,4	4,1

continua

conclusão

Razões de abandono	Unidade da Federação					Total	
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)		BA (2)
Violência	N	0	0	1	0	0	1
	%	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5
Não sabe/não respondeu	N	22	31	17	15	18	103
	%	10,0	14,2	7,8	6,8	8,2	47,0
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: TOLEDO (2017).

Já, na Tabela 6, apresentada a seguir, foi informada a perspectiva, percebida pela lógica dos filhos dos agricultores entrevistados, que, supostamente, se espera que possam seguir a profissão dos pais. Dos informantes, 55,7% responderam que existem condições favoráveis para que, algum membro da família, assuma o comando do estabelecimento rural, em determinado momento. Desse montante, o PR apresentou o maior percentual de respostas afirmativas, em 13,7%, do total da amostra; SC vem em segundo, com 12,8%, seguida da BA, com 11,9%, do PA, com 11,0%. PE ficou com 8,2%, enquanto 32,0%, da amostra, não gostariam de continuar; pela ordem, o PR, com 7,8%; SC, com 6,8%; PA, com 8,2%; PE, com 2,7%; e BA, com 6,4%.

Tabela 6 - Perspectiva dos filhos dos agricultores familiares na sucessão dos estabelecimentos

Possibilidades	Estados					Total	
		PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)		BA (2)
Sim	N	30	28	24	14	26	122
	%	13,7	12,8	11,0	6,4	11,9	55,7
Não	N	17	15	18	6	14	70
	%	7,8	6,8	8,2	2,7	6,4	32,0
Não sabe/não respondeu	N	3	7	8	5	4	27
	%	1,4	3,2	3,7	2,3	1,8	12,3
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: TOLEDO (2017).

Outros estudos sobre o tema apontam e parecem concordar que há um sintomático despreparo e uma despreocupação (tanto individual e do próprio Estado), quanto à sucessão, no comando dos estabelecimentos rurais familiares. Essa preocupação não deve ser colocada no colo, exclusivamente, dos agricultores, deveria ser, de igual modo, uma demanda atendida, por meio do aporte de políticas públicas adequadas. Há um contingente significativo de estabelecimentos rurais, que não apresentaram nenhum sucessor, dado evidenciado pelo trabalho, realizado na região do Vale do Taquari (RS), pela Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES, 2005), segundo o qual o percentual encontrado, entre os agricultores familiares, foi de 32,5% (contra os 55,7%, encontrados na amostra), isso para as mais de 28.000 propriedades familiares existentes, nos 37 municípios, que compõe aquela região do Rio Grande do Sul. De qualquer modo, cerca de 1/3, dos estabelecimentos, não possui pretendentes, em suceder as atividades.

Nessa linha, Toledo (2008) alerta que, diante das transformações socioculturais, das regiões rurais brasileiras:

[...] já não há mecanismos seguros que garantam a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais. Dessa forma, pode estar ocorrendo uma crise e ruptura entre as perspectivas de vida assumidas pelos pais e a esperada pelos seus filhos na continuidade das atividades do estabelecimento [...] o que parece demonstrar que esses não vislumbram expectativas e atrativos que venham transformar o meio rural em um local adequado para o projeto de suas vidas. (TOLEDO, 2008, p. 6).

Moscovici (2007) sugere que essa dificuldade confirma uma percepção eclipsada, ou seja, simplesmente algumas coisas ficam visíveis, enquanto outras, não. Afirma que esse fenômeno se expressa, através de fatos e de situações que, ao serem aceitos, acriticamente, tornam-se parte das representações sociais dos indivíduos, orientando a direção do que “[...] é visível, como aquilo a que nós temos de responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou de novo aquilo que define essa realidade” (MOSCOVICI, 2007, p. 32). O autor interpreta e define as representações sociais, como sendo:

[...] toda a realidade social e, conseqüentemente, todas as informações que chegam a nós são formadas por representações, bem como a forma como percebemos tais informações também é representação. As representações, são, pois, formadas por predisposição genética herdada, pelo que aprendemos em termos de imagens e hábitos, por recordações preservadas, por questões culturais arraigadas, por opiniões, histórias de vida [...]. (MOSCOVICI, 2007, p. 32).

Dessa forma, é um fato aceito que os grupos humanos não produzem apenas as condições da vida material, mas, ao fazer isso, ao mesmo tempo, elaboram um conjunto articulado de representações sociais e de valores sociais e morais, que estão, diretamente, conectados com as condições de existência cotidiana. Desse modo, para compreender os sentidos, atribuídos às transformações morais e às visões de mundo, é necessário refletir sobre as mudanças socioeconômicas e culturais, as quais os indivíduos estão submetidos. Os seja, as condições materiais influenciam e, por vezes, determinam, de alguma forma, a consciência dos indivíduos, confirmando as premissas de Marx (2004), de que alocar esforços, para buscar construir as condições materiais, reflete, inclusive, nas representações sociais e na formulação de projetos de vida e existência, pensados para o futuro.

Apesar das dificuldades, a maioria dos agricultores familiares entrevistados manifestou a sua crença e fé nas atividades da agricultura e nas possibilidades de desenvolvimento de um futuro promissor para a família (Tabela 3). É possível que esse ‘otimismo’ dos agricultores possa ser entendido pela necessidade, dos centros urbanos, de consumir comida, segura, farta e barata. Entretanto, o sistema de produção agropecuária, da atualidade, integra apenas uma pequena parte de agricultores ao mercado de fornecedores. O modo de produzir é, altamente, tecnificado e integrado, por meio de diversas cadeias, ligadas a vários complexos agroindustriais. Mesmo que as unidades familiares possam ser consideradas, por alguns, uma unidade de produção não capitalista, elas se tornaram funcionais, ao modo de produção capitalista, e dispostas às mesmas vicissitudes do capitalismo, quais sejam, competição e concorrência contínuas. Entretanto, essa concepção não deve ser estendida a maioria dos agricultores, pois há aqueles que acreditam e lutam por alternativas ao modelo dominante.

Por fim, importa considerar que o conjunto de elementos colhidos, no ambiente da pesquisa, aponta para condicionantes reais, de tomada de decisão, quanto à sucessão dos jovens, no meio rural; entretanto, rumam, em sua maior parte, para um futuro incerto ou um 'não futuro'. Percebe-se, também, neste estudo, o risco eminente de um processo de desintegração da atividade rural como função social, econômica e cultural do(a) agricultor(a), não sendo essa uma realidade condicionada à decisão unilateral dos agricultores ou sua livre opção, mas, sim, por um sistema que lhe expulsa, quase que automaticamente (ZONIN; MARTINS, 2016).

Considerações finais

As referências, apresentadas, neste artigo, buscaram ponderar sobre as possibilidades de permanência ou de indução ao êxodo dos jovens rurais. Essas opções estão diretamente conectadas com as necessidades de reprodução material e social dos estabelecimentos, no que diz respeito às demandas de sucessão geracional. Os dados apontaram expectativas diferenciadas dos chefes dos estabelecimentos e de seus filhos: 67,1% dos pais esperam que os filhos continuem na profissão de agricultor. Os filhos, por sua vez, possuem expectativas, em dar continuidade às atividades dos estabelecimentos rurais, em 55,7% das respostas, os demais, 45,3%, desejam buscar outras fontes alternativas de geração de renda monetária. Essa razão, a mais comum, pode estar relacionada às regiões empobrecidas, em que as condições de precariedade das condições estruturais, produtivas e sociais, dos chefes dos estabelecimentos rurais, bloqueiam, ou mesmo, impedem o acesso às condições de viabilização de alguma forma de prosperidade, econômica e material, aos demais membros da família. Significa que, quase a metade dos possíveis sucessores, dos estabelecimentos dos agricultores familiares entrevistados, almejam buscar outras formas de renda que incluem a emigração.

Por outro lado, é sabido que, na sucessão geracional, nos estabelecimentos rurais, a renda é um importante fator condicionante para os jovens do sexo masculino, mas não é o único. O fato é que a capacidade de geração de renda monetária, adequada e compatível, com as necessidades dos membros da família, traz a centralidade da discussão sobre a sucessão, nos estabelecimentos rurais. Isso, de forma que as necessidades de ingressos financeiros estão se impondo como condições basilares, de permanecer e de assumir os empreendimentos administrados pelos pais. Esse fator permite aludir que a permanência ou a evasão dos jovens rurais, acenada em mais da metade da amostra, pode se constituir em um projeto de vida, contudo, essa possibilidade pode ser influenciada pelas razões de sucesso de regiões mais prósperas, cujos agricultores reuniram condições materiais, simbólicas e de ascensão social, por meio de outras profissões.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. **Relatório de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Chapecó: FETRAF-Sul-CUT, 2008.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**, Brasília, 1999. Disponível em: http://e.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf. Acesso em: 06 set 2019.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos: Nueva Visión, 1974.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GERMER, C. A irrelevância da agricultura familiar para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, Campinas, 31, n. 1, jan/abr. 2002. p. 47-61.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo IBGE 2010, 2010. Disponível em: <http://e.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=29>. Acesso em: 19 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Disponível em: http://e.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default_tab_xls.shtm. Acesso em: 18 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006, 2006. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em: 28 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017, 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 28 out. 2019.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. Â. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1011-1045.

LAMARCHE, E. **Agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M., et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1082-1099.

MANCUSO, M. I. R. **O fenômeno da permanência no sistema social rural**. 1975. Tese. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1975.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2007.

MYERS, D. **Introdução à Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século: um ensaio de Interpretação. In: FILHO, J. E. R. V.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. E. D. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: IPEA, 2016. p. 25-64.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente, **Revista de Economia REN**, Fortaleza, v. 45, p. 7-20, out/dez, 2014. Disponível em: http://e.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1444. Acesso em: 14 set 2019.

PLOEG, J. D. V. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

PLOEG, J. D. V. D. **Ecología, campesinato e historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

TOLEDO, E. N. B. **A monetarização da vida social e a gramática econômica da agricultura familiar: acumulação e sustentabilidade**. 2017. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TOLEDO, E. N. B. A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção, 2008. Disponível em: http://www6.rel-uita.org/agricultura/desafios_juventude_rural.htm. Acesso em: 07 out 2019.

TOLEDO, E. N. B. **O Pronaf em Salvador das Missões (RS): contradições de uma política de crédito**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

UNIDADE INTEGRADA VALE DO TAQUARI DE ENSINO SUPERIOR. Dinâmica populacional e sucessão na agricultura familiar no Vale do Taquari: pesquisa de opinião pública. Lajeado: UNIVATES, 2005.

VEIGA, J. E. D.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C. M. A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE/ IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

ZONIN, V. J.; MARTINS, S. R. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 229-252.